



Testemunhas veem ilegalidade em manobras fiscais de Dilma

Waldemir Barreto/Agência Senado



Auditor do Tribunal de Contas da União, Carvalho (E) diz na comissão que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi desrespeitada

Em reunião de mais de 14 horas, Comissão Especial do Impeachment ouviu, na quarta-feira e na madrugada de ontem, as primeiras testemunhas de acusação

O procurador do Ministério Público vinculado ao Tribunal de Contas da União Júlio Marcelo de Oliveira e o auditor do TCU Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho afirmaram que Dilma Rousseff sabia que estava violando a lei orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eles detalharam as irregularidades apontadas na denúncia, relativas a quatro decretos de créditos suplementares assinados sem autorização do Congresso, além das pedaladas fiscais.

O presidente da comis-

são, Raimundo Lira, marcou para a semana que vem o depoimento de nove testemunhas, requisitadas por senadores da comissão. Pela defesa da presidente afastada, devem ser ouvidos até 40 indicados.

Duas decisões do presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, que também preside o processo, foram recebidas na reunião. Ele rejeitou recurso de Vanessa Grazziotin contra indeferimento pela comissão dos requerimentos dela para produção de provas e também a votação global dos pedidos. **4 e 5**

Moradores de rua querem programa de inclusão social

Na Comissão de Direitos Humanos, representantes do governo e de movimentos sociais pediram a aprovação do projeto que prevê a criação do

Programa de Inclusão Social da População de Rua, que está na Câmara. A senadora Regina Sousa disse que conversará com a relatora do projeto. **8**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Regina Sousa (C) conduz debate em que moradores de rua pediram ação pública



Pedro Franco/Agência Senado

Comissão de Agricultura ouviu representantes das empresas de aviação agrícola e do Ministério da Saúde

Aplicação aérea de inseticida não tem consenso

A aplicação de inseticidas com o auxílio da aviação agrícola foi apresentada como alternativa no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, causador da dengue, da zika e da chicungunha, em audi-

ência ontem na Comissão de Agricultura (CRA). A proposta encontra resistência dentro do Ministério da Saúde.

Entre as vantagens do método, estão a velocidade, o efeito de choque sobre o

mosquito adulto, o alcance em áreas que o "carro fumacê" não consegue atingir, a uniformidade de deposição e o custo reduzido. O receio é que a saúde de humanos seja afetada pelos inseticidas. **6**

Comissão aprova indicado para embaixada em Buenos Aires

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, o diplomata Sérgio Danese disse que o Brasil corre risco de perder espaço para outros países nas

exportações para a Argentina. Ele afirmou que um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia poderia dar novo fôlego ao bloco sul-americano. **7**

Gerardo Miguez/Agência Senado



Danese e Aloysio Nunes na sabatina: indicação ainda precisa passar no Plenário

Fórum amplia cooperação Brasil-Argentina

O Plenário confirmou ontem decisão tomada mais cedo pela Comissão de Relações Exteriores para a criação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina. O relator, Jorge Viana, e outros senadores avaliaram que a iniciativa pode contribuir para o desenvolvimento dos dois países. O autor, Aloysio Nunes, lembrou que a proposta nasceu de sugestão da vice-presidente argentina, Gabriela Michetti. **3**

Renan diz que não é crime ter opinião no Brasil

No Brasil atual não existe delito de opinião, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele sugeriu paciência e calma a todos, pois, em seu entender, o país "vive momento de histeria".

— Toda vez que acontece uma barbaridade com pessoa, a democracia corrige. O grande problema é quando essa barbaridade é contra as instituições. Aí ninguém corrige, perdem-se os avanços conquistados. **3**

Proposta acaba com coligações proporcionais **3**

TCU começará a julgar contas de 2015 do governo **2**

Senadores devem ouvir deputado venezuelano **7**

Senado leiloa computadores, móveis e carros **8**

Senado recebe relatório de atividades de 2015 do TCU

Após a entrega, o presidente do tribunal, Aroldo Cedraz afirmou que o Plenário do órgão vai se reunir na próxima semana para começar a julgar as contas do ano passado do governo Dilma Rousseff



Ministro Aroldo Cedraz entrega o relatório a Renan Calheiros, junto com informações sobre o primeiro trimestre de 2016

O PRESIDENTE DO Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Aroldo Cedraz, esteve ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para entregar o relatório de atividades de 2015 do tribunal. Também foram entregues as informações referentes ao primeiro trimestre de 2016.

Ao deixar o encontro, Cedraz destacou que o TCU está se esforçando para modernizar a administração e os métodos de

trabalho, com a incorporação de novas tecnologias.

— Estamos incorporando novas ferramentas para que nosso trabalho seja cada vez mais tempestivo e proativo. A sociedade hoje nos cobra respostas mais prontas sobre o acompanhamento de todas as políticas públicas.

Contas do governo

Cedraz afirmou que o Plenário do órgão vai se reunir na

próxima semana para começar a julgar as contas de 2015 do governo Dilma Rousseff. Segundo ele, a data da votação vai depender do relator, que tem autonomia para decidir.

— Nesse primeiro momento será uma discussão, mas as contas não serão julgadas no mesmo dia. Cada ano é um caso, e o relator, ministro José Múcio, tem autonomia e independência para tomar atitudes que lhe aprouver.

MP libera recursos para famílias atingidas pela seca

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu na quarta-feira em Plenário a medida provisória que abre crédito de R\$ 316 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A medida libera crédito

para o pagamento de parcelas do Benefício Garantia-Safra.

A MP 715/2016 perde a validade em 29 de junho e passa a trancar a pauta de votações.

O recurso é destinado a 440 mil famílias de agricultores da

área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) atingidos pela seca no período de 2014 a 2015, que tiveram perdas comprovadas superiores a 50% da produção.

Eduardo Lopes reassume mandato no lugar de Crivella

Eduardo Lopes (PRB-RJ) fez, na quarta-feira, o primeiro discurso no Plenário desde que reassumiu o mandato. Suplente de Marcelo Crivella (PRB-RJ), ele disse que reassume o mandato com as mesmas crenças que o moviam há quatro anos, quando assumiu uma cadeira no Senado pela primeira vez.



Moacira Maniz/Agência Senado

Lopes defendeu algumas matérias de autoria dele, como a PEC 23/2012, que institui o regime especial de pagamento de precatórios para priorizar as mulheres pobres responsáveis por famílias, e o PLS 81/2012, que estende aos portadores de doenças graves o passe livre no transporte interestadual.

Valdir Raupp relata encontro com ministros e destaca sucesso da Rondônia Rural Show

Na quarta-feira, Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou, em Plenário, encontros que manteve com os ministros dos Transportes, do Turismo e de Minas e Energia, ao longo dos últimos dias, para tratar de obras e investimentos em Rondônia. Ontem, o senador destacou a realização da quinta edição da Rondônia Rural Show, feira de negócios em Ji-Paraná, ocorrida entre 25 e 28 de maio.

No Ministério dos Transportes, Raupp disse ter tratado das obras de restauração de cinco rodovias que servem ao transporte da produção agrícola para portos no Rio Madeira e para fora do país. Uma delas é a BR-364, que liga o interior do Brasil ao Peru. O senador defende a duplicação e a privatização de um trecho

dessa estrada. Raupp também pediu a aceleração das obras da Ferrovia Bioceânica.

Os investimentos do turismo envolvem a construção de barracões para o Duelo da Fronteira, um festival folclórico em Guajará-Mirim (RO). Na área de energia, Raupp cobrou a construção de uma usina e de cinco linhas de transmissão que podem melhorar a distribuição de energia no interior do estado e pediu a expansão do Programa Luz para Todos.

A Rondônia Rural Show já é a nona feira de negócios do país e tem potencial de crescimento de 20% a cada ano, disse o senador. Ele destacou que foram disponibilizados R\$ 1 bilhão em crédito, por bancos oficiais e cooperativas.

Centenário de Pompeu de Sousa será homenageado em sessão no Senado

Uma sessão especial no Plenário vai homenagear o centenário de nascimento do ex-senador, professor e jornalista Pompeu de Sousa, nesta segunda-feira, às 11h. A homenagem é fruto de requerimento de Cristovam Buarque (PPS-DF).

Nascido em 1914, em Redenção (CE), Roberto Pompeu de Sousa Brasil diplomou-se em sociologia e psicologia. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1931. Entre fevereiro de 1942 e outubro de 1943, atuou em rádios nos Estados Unidos.

De volta ao Brasil, quando trabalhou no *Diário Carioca*, a partir de 1950, foi responsável por inovações importantes no jornalismo e pelo primeiro manual de redação da imprensa brasileira.

Pompeu de Sousa também

foi secretário de Imprensa do então primeiro-ministro Tancredo Neves, em 1961. A convite de Darcy Ribeiro, ajudou na criação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi professor.

Demitido da universidade após o golpe militar de 1964, o jornalista passou a ser diretor da Editora Abril, responsável pela sucursal da revista *Veja* entre 1968 e 1978. Assumiu, em 1985, a Secretaria de Educação e Cultura do governo do Distrito Federal.

Foi senador constituinte pelo PMDB do Distrito Federal em mandato de 1987 a 1991, sendo autor de parágrafo do artigo 220 da Constituição que prevê a liberdade de imprensa. Faleceu aos 75 anos, em 11 de junho de 1991.

Reforma ortográfica é tema de reportagem especial na Rádio Senado

O Dia da Língua Portuguesa é comemorado hoje, 10 de junho, data da morte do poeta lusitano Luís Vaz de Camões, autor de *Os Lusíadas*. E, para marcar a data, a Rádio Senado apresenta a reportagem especial “Tirando de letra”, com as idas e vindas da reforma ortográfica.

Nos 30 minutos do programa, que vai ao ar às 18h de hoje, serão destacadas as principais modificações na grafia da língua portuguesa ao longo de mais de um século.

A reportagem aborda o Acordo Ortográfico de 1990 e os passos que percorreu até o início de sua validade, em 2009.

O programa também vai abordar a dificuldade em se adotar a grafia igual em todos os países de língua portuguesa e, para isso, ouve linguistas, professores, especialistas no

tema e senadores.

“Tirando de letra”, que tem produção e reportagem do jornalista Roberto Fragoso, mostra ainda as polêmicas sugestões de mudanças para simplificação da escrita em torno da reforma de 1990 e das novas propostas: ideias como o fim do uso do “CH” e a adoção definitiva do “X” em palavras como “chácara” e “chefe”; e a eliminação do “H” mudo em palavras como “homem” e “hoje”.

A reportagem especial será reapresentada no sábado às 10h e no domingo às 17h, horário de Brasília.

O programa também pode ser ouvido pela internet no site www.senado.leg.br/radio.

“Tirando de letra”

- hoje, às 18h
- sábado, às 10h
- domingo, às 17h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Proposta na CCJ impede que os votos dados ao candidato de um determinado partido ajudem a eleger nomes de legendas diferentes

Fim de coligações proporcionais volta a ser debatido no Senado

NOVA INICIATIVA PARA acabar com as coligações partidárias nas eleições proporcionais pode avançar no Senado. Uma proposta de emenda constitucional com essa finalidade (PEC 151/2015) está pronta para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto de Valdir Raupp (PMDB-RO) recebeu assinaturas de apoio de outros 32 senadores.

As eleições proporcionais são usadas para a escolha de deputados federais, estaduais e vereadores. Com as coligações, o excesso de votos dado a candidato de um partido ajuda a eleger não apenas companheiros da mesma legenda, mas também filiados de outras agremiações que façam parte da aliança partidária.

Na prática, coligações que têm candidatos com força para conquistar muitos votos conseguem eleger outros com menor votação. Em 2010, por exemplo, o deputado federal Tiririca (PR) ajudou a levar para a Câmara dos Deputados integrantes do PT e do PCdoB de São Paulo. Sem participar de coligações, partidos nanicos podem deixar de ter representação nas Casas legislativas.

O Senado chegou a aprovar, em março de 2015, a PEC 40/2011, do ex-senador José Sarney, que restringia as coligações. Porém, o texto foi arquivado pela Câmara dos Deputados, depois de ter sido declarada prejudicada. A Câmara também excluiu o fim das coligações da reforma política que aprovou.



Pedro França/Agência Senado — 17/2/2016

Para Raupp, texto ajuda a governabilidade por inibir a multiplicação de partidos nas casas legislativas

A PEC 151/2015, que traz cláusula de vigência a partir das eleições de 2022, atribui aos partidos a decisão sobre o regime de coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas nos diferentes estados. O sistema majoritário é usado na escolha do presidente, governadores, prefeitos e senadores.

Na justificativa da proposta, Raupp afirma que o quadro partidário do país cria dificuldades para o governo formar base de apoio no Congresso. Por isso, entende que vedar as coligações proporcionais ajuda a inibir “a dispersão exagerada de representações partidárias”.

Segundo ele, a medida também contribuirá para a transparência das eleições, pois o candidato bem vota-

do, que ajuda a elevar o coeficiente eleitoral da legenda e garantir mais vagas, beneficiará apenas os colegas do mesmo partido.

O relator na CCJ é Antonio Anastasia (PSDB-MG), que defende a aprovação. Ele ressalta que, na Inglaterra, 12 partidos estão representados na Câmara dos Comuns, mas apenas três detêm cerca de 90% das cadeiras. No Brasil, observa, um candidato bem votado por um partido “puxa” candidatos de legenda diversa. “Ocorre que este segundo partido não necessariamente atuará em sintonia com o primeiro na Câmara ou nas casas legislativas”, avalia no parecer.

Se for aprovada na CCJ, a proposta seguirá ao Plenário para discussão e votação em dois turnos.

Criação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina é aprovada

O Plenário aprovou ontem a criação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina (PRS 39/2016). A proposta já havia sido aprovada mais cedo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e segue para promulgação.

Em parecer apresentado em Plenário, Jorge Viana (PT-AC) elogiou a proposta, de iniciativa do presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). De acordo com o relator, o fórum terá como objetivo o serviço de cooperação parlamentar, de forma a compartilhar informações e responsabilidades sobre a região. Viana acrescentou que o presidente da CRE é membro nato do fórum, mas outros senadores poderão aderir.

— Além do Mercosul, temos de priorizar essa relação. Esse instrumento amplia as relações entre Brasil e Argentina e ajuda na aproximação e no desenvolvimento da região — disse Viana.

Waldemir Moka (PMDB-MS) avaliou que o fórum pode ajudar na ampliação do comércio entre os dois países. Armando Monteiro (PTB-PE) classificou a iniciativa como “extremamente oportuna”, que poderá trazer muitos ganhos para as duas nações. Aloysio Nunes destacou que a proposta nasceu da sugestão da vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, quando visitou o Brasil em fevereiro.

Veja na página 7 aprovação na CRE do fórum e do embaixador para a Argentina

“Não existe crime de opinião no Brasil; momento é de histeria”, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que no Brasil atual não existe delito de opinião. Ele sugeriu paciência e calma a todos, pois, em seu entender, o país “vive momento de histeria”.

— Toda vez que acontece uma barbaridade com uma pessoa, a democracia corrige.

O grande problema é quando essa barbaridade é contra as instituições. Aí ninguém corrige, perdem-se os avanços conquistados. É recomendável ter calma, mas permanecer com esse olhar. É preciso ter paciência e ouvir mais do que falar — disse.

O presidente do Senado

também negou que um acordo estaria sendo preparado para ajudar políticos do PMDB.

— Não temos sequer informação sobre o conteúdo das delações. Como pensar em preparar acordo? Isso é uma coisa absurda e inusitada, como a histeria em que nós vivemos — afirmou Renan.

A imprensa noticiou que o Ministério Público Federal teria pedido ao Supremo Tribunal Federal o afastamento de Renan da Presidência do Senado, e que se encontra nas mãos do ministro Teori Zavascki um pedido de prisão contra quatro peemedebistas: Renan, o senador Romero Jucá

(RR), José Sarney e o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, teria alegado, baseado em gravações de delações premiadas, que eles estariam tentando atrapalhar o andamento da Operação Lava Jato, o que todos negam.

Jorge Viana pede serenidade diante de “turbulência política”

Ao comentar o processo de impeachment, Jorge Viana (PT-AC) disse ser necessário buscar “caminhos democráticos” para o Brasil atravessar a turbulência política. Ele condenou a hostilidade entre grupos e alertou para o fato de que não é possível trabalhar num ambiente de plena normalidade diante de uma situação crítica como a atual. Viana disse esperar que o Senado decida no voto sobre o que é melhor para o país e que a presidente afastada Dilma Rousseff volte ao Palácio do Planalto. Ele destacou dados positivos que mostram que Dilma fez o “dever de casa”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Diminuição de taxa de juro e de serviço da dívida reduz deficit, diz Dário

Dário Berger (PMDB-SC) pediu ao Banco Central a imediata redução da taxa básica de juros, porque os atuais 14,25% são prejudiciais ao país. Taxas elevadas, disse ontem o senador, fazem o país gastar mais com juros e serviço da dívida. Ele observou que, somente no ano passado, o governo desembolsou R\$ 940 bilhões para o pagamento dessa despesa, conforme relatório de execução orçamentária de 2015.

Dário calculou que a redução de um ponto percentual nos juros resultaria R\$ 15 bilhões de economia. Se a taxa básica de juros fosse reduzida para 10%, a economia seria de R\$ 60 bilhões somente neste ano, o que ajudaria a reduzir em cerca de 40% o deficit fiscal.

Lira destaca necessidade de obras de transposição do Rio São Francisco

Raimundo Lira (PMDB-PB) disse que a construção de um ramal de 30 quilômetros interligando o eixo norte do projeto de transposição do Rio São Francisco à cabeceira do Rio Piancó vai assegurar o abastecimento do Açude Coremas-Mãe D’água, na Paraíba.

Ele explicou que o Banco Mundial deve financiar a obra que, quando pronta, pode garantir o fornecimento de água ao Rio Grande do Norte.

— O excesso da água do Coremas-Mãe D’água vai desaguar na Barragem de Açú e perenizar o Rio Piranhas.

Raimundo Lira, no entanto, lembrou que tudo isso somente vai funcionar se forem implantadas ações para revitalizar o Rio São Francisco.

Paim critica proposta de desvinculação de 30% dos recursos da Previdência

A proposta que permite ao governo federal usar livremente 30% do dinheiro da seguridade social, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), foi criticada por Paulo Paim (PT-RS). A PEC 85/2015, aprovada na Câmara, será votada agora pelo Senado, onde ele espera que seja rejeitada.

O senador considera inaceitável que o governo reduza o dinheiro destinado à Previdência, à saúde pública e à assistência social.

— Antes era 20%, agora aumentou para 30%. Depois dizem que a Previdência está falida. Não está.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão Especial do Impeachment ouviu na quarta-feira e na madrugada de ontem as primeiras testemunhas, que detalharam irregularidades elencadas na denúncia contra a presidente afastada. Próximos depoimentos foram adiados para semana que vem

Testemunhas de acusação dizem que Dilma cometeu ilegalidades

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouviu na quarta-feira e na madrugada de ontem as primeiras testemunhas no processo. Os dois depoimentos da acusação — o procurador do Ministério Público vinculado ao Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira e o auditor do TCU Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho — afirmaram que Dilma Rousseff sabia que estava violando a lei orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eles detalharam as irregularidades apontadas na denúncia contra a presidente afastada, relativas a quatro decretos de créditos suplementares assinados sem autorização do Congresso, além das pedaladas fiscais, com

empréstimo de banco público para o pagamento do Plano Safra.

A reunião durou mais de 14 horas, sendo que ocorreu uma interrupção de 50 minutos para que os senadores participassem de votações no Plenário. As primeiras quatro horas de reunião foram apenas para definir o procedimento de oitiva das testemunhas.

A comissão decidiu que o processo de impedimento poderia seguir ainda que as contas do governo referentes a 2015 não tenham sido analisadas pelo TCU. O pedido da defesa para realização de perícia independente foi rejeitado em votação.

No processo, além das testemunhas indicadas pela acusação e das testemunhas apontadas pela

defesa, que ainda serão ouvidas, há as testemunhas de juízo, que são as arroladas pelos senadores.

As outras duas testemunhas ouvidas nessa reunião, indicadas por senadores a favor do impeachment, foram o coordenador-geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional, Adriano Pereira de Paula, e o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira de Medeiros.

De Paula explicou que as orientações ao Tesouro sobre o repasse de recursos ao Banco do Brasil para subsidiar empréstimos do Plano Safra vieram de autoridades da área econômica do governo.

Ainda na reunião de quarta, foram recebidas mais duas decisões do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewan-

dowski, que preside o processo de impeachment. Ele rejeitou recurso de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) contra indeferimento, pela comissão, de requerimentos dela para produção de provas. Rejeitou também a votação global dos requerimentos.

Lewandowski também julgou prejudicados embargos de declaração de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) contra a negativa do STF de liminar para suspensão da reunião da última sexta-feira. Como o pedido já foi julgado no mérito, não caberiam mais embargos.

O presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), cancelou a reunião programada para ontem. A próxima será na segunda-feira, às 16h.



Antonio Anastasia, relator da comissão, e Raimundo Lira, presidente, à mesa da reunião que ouviu as testemunhas de acusação

Manobras ofendem Lei de Responsabilidade Fiscal, afirma auditor do Tribunal de Contas da União

“O que foi identificado no relatório das pedaladas, no meu ponto de vista, é de gravidade altíssima. Foram identificadas ali ofensas seriíssimas aos mais fundamentais princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal”. A avaliação foi feita pelo auditor do TCU, Antonio Carlos d'Ávila Carvalho, que depois na quarta-feira como testemunha de acusação.

Em 2015, explicou Carvalho, houve continuidade das operações de crédito vedadas por dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A União, segundo ele, ao deixar de transferir recursos correspondentes ao Banco do Brasil e não quitar o acumulado, obtinha de maneira implícita um financiamento da instituição, gerando uma nova operação de crédito.

— Houve continuidade da utilização de instituições financeiras para o financiamento de políticas públicas. O diferencial, que deveria ser transferido aos bancos pelo governo, não foi transferido. Existe a continuidade do que havia acontecido em 2014, 2013,

2012 e 2011. Os atrasos vinham de outros exercícios — afirmou.

Carvalho disse que a remuneração que a União pagou ao Banco do Brasil e ao BNDES deveria ter sido devolvida para a União, e não para o Banco do Brasil. Como o banco distribuiu dividendos aos acionistas e ao setor privado, pode ter gerado danos ao Erário.

Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou o auditor a respeito de mudança no entendimento do TCU sobre alteração de meta fiscal e edição de créditos suplementares.

— Eu desconheço que o tribunal tenha alterado seu entendimento em 2014 e 2015, em relação ao que aconteceu em 2009. Em 2009, se o TCU se pronunciou sobre alguma coisa, foi sobre decretos de programação. Em 2015, o tribunal se manifestou sobre decretos de contingenciamento. Então, nesse aspecto, não vejo que o tribunal tenha mudado o seu entendimento — disse.

Carvalho ressaltou que as operações de crédito feitas com

instituições financeiras em desacordo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser consideradas nulas.

A norma também determina a devolução do principal à instituição financeira, vedando a transferência de juros, “para que a instituição não se beneficie da própria torpeza”.

O auditor do TCU salientou que editar decreto de abertura de crédito suplementar em discordância com as regras contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias não é compatível

com a Constituição e com a Lei Orçamentária Anual, a quem cabe estabelecer o equilíbrio entre receitas e despesas:

— Não tenho competência no exercício de minhas atribuições de qualificar determinada conduta ou ato como crime de responsabilidade ou crime penal, mas não deixo de concordar que se trata de um ato grave.

Carvalho observou que, se o Banco Central não registrou as dívidas decorrentes das manobras fiscais do governo Dilma, “deve ter descumprido franca-

mente” a metodologia prevista em seu manual de estatísticas fiscais.

— Não tenho dúvida de que as operações de crédito contratadas ao arripio da legislação representam um atentado contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, com todas as decorrências que esse atentado gera para a sociedade. Não fico feliz em constatar esse tipo de situação — afirmou.

O jurista Miguel Reale Junior, advogado da acusação, saudou o depoimento de Carvalho. Em resposta à jurista Janaina Paschoal, o auditor do TCU acentuou que editar decretos de crédito suplementar sem ouvir o Legislativo não é ato compatível com a Constituição e a lei orçamentária.

Advogado de defesa de Dilma, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo afirmou que os decretos editados pelo Palácio do Planalto não “atrapalharam em nada” a economia brasileira e que não ficou comprovado comprometimento da presidente afastada nos atos.



Para Antonio Carvalho, do TCU, não se pode utilizar MP para tratar de Orçamento

Segundo coordenador, equipe econômica ordenou atraso

As orientações para atrasos nos pagamentos para o custeio de políticas públicas, inclusive os repasses de recursos ao Banco do Brasil para subsidiar os empréstimos do Plano Safra, vieram de autoridades da área econômica do governo da presidente afastada Dilma Rousseff. A afirmação é do coordenador-geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional, Adriano Pereira de Paula, que depois na quarta-feira à Comissão Especial do Impeachment. Segundo ele,

essa situação de procrastinação ficou mais evidente entre 2011 e 2014.

— Foi tomada uma decisão que não foi a suspensão completa [dos repasses]. Algum desembolso aconteceu. Existe uma nota do então secretário do Tesouro, Arno Augustin, em que ele chama a si a responsabilidade por autorizar os volumes de recursos destinados aos programas públicos — esclareceu.

O coordenador-geral explicou que, a partir de 2015, os

técnicos do Tesouro Nacional foram chamados pela equipe econômica para que mostrassem em que pé estavam as transferências de verbas para o Banco do Brasil. Os servidores, como ele informou, propuseram a quitação dos débitos, o que ocorreu até o final de dezembro do ano passado. De Paula afirmou ainda que nunca acompanhou discussões com a presidente Dilma Rousseff sobre esses atrasos, mas acredita que, como são valores muito altos, a presidente da República deve ter sido consultada.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o depoimento do coordenador-geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional deixou claro que não houve pedalada fiscal em relação ao Plano Safra em 2015.

— Não há ato da presidente Dilma em relação a esses atrasos no ano de 2015. Ela lançou o Plano Safra, mas a gestão não se dá pela presidente — afirmou a senadora.



De Paula disse que a procrastinação de pagamentos ficou evidente de 2011 a 2014

Secretário-adjunto do Tesouro confirma quitação de repasses ao Safra

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira de Medeiros, confirmou que os atrasos do governo federal nos repasses para subsidiar os empréstimos do Plano Safra foram regularizados até o final de 2015.

— Os fluxos do Plano Safra foram regularizados o mais rápido possível. Ao longo de 2015, foram feitos os pagamentos referentes àquele ano. Quanto ao estoque da dívida, esperou-se a decisão do Tribunal de Contas da União

para que pudéssemos fazer o pagamento — informou.

A informação já havia sido dada pelo coordenador-geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional, Adriano Pereira de Paula. A oitiva da terceira testemunha, o gerente de Operações de Créditos Agropecuários na Coordenação-Geral das Operações de Crédito, Rogério Jesus Alves Oliveira, foi cancelada porque ele está em viagem ao exterior.



Medeiros confirmou que os atrasos no Plano Safra foram regularizados em 2015

Vanessa Grazziotin reprova pressão de parlamentares na Comissão do Impeachment

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), os trabalhos na Comissão do Impeachment estão sendo conduzidos de forma apressada, como um “trator que passa por cima de tudo e de todos”, até mesmo das leis. A senadora afirmou que, apesar de o colegiado tentar passar uma imagem de equilíbrio e democracia, uma regra imposta na comissão limitou em três minutos o tempo para que cada senador interrogue a testemunha, com dois minutos para réplica e um para tréplica.



Jefferson Raulo/Agência Senado

De acordo com ela, o Código de Processo Penal não prevê qualquer limitação temporal à inquirição de testemunhas.

Randolfe Rodrigues defende delação premiada e a Operação Lava Jato

“Os inimigos da Lava Jato se multiplicam e buscam evitar os avanços da operação”, afirmou Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Para isso, segundo o senador, pretendem mudar a lei da delação premiada, mecanismo, em sua avaliação, essencial ao sucesso das investigações. Randolfe afirmou que os números de dois anos de investigações “impressionam até os brasileiros mais descrentes”. Até agora, já foi apurado o desvio de quase R\$ 43 bilhões por corrupção e de R\$ 6,4 bilhões por propinas, 160 pessoas foram mandadas para a prisão e 105 delas já foram condenadas pela Justiça.



Jefferson Raulo/Agência Senado

Benedito de Lira cobra revisão do pacto federativo e fortalecimento de municípios

A revisão do pacto federativo foi cobrada por Benedito de Lira (PP-AL). O senador afirmou que o presidente interino Michel Temer prometeu isso assim que tomou posse. Benedito criticou o sistema federativo brasileiro, que concentra as receitas arrecadadas na União e transfere para os municípios apenas 13% dessa verba. Em muitos outros países, disse, os municípios ficam com pelo menos 40% das receitas.



Moreira Nêz/Agência Senado

De acordo com Requião, cresce no Senado entendimento para convocação de novas eleições

Contrário ao impeachment, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que cresce no Senado o entendimento de que a crise econômica e o desgaste do presidencialismo de coalizão imporão à presidente Dilma Rousseff, caso consiga voltar ao poder, a convocação de um plebiscito sobre a antecipação das eleições presidenciais.



Jefferson Raulo/Agência Senado

Dário lamenta crise sem precedentes e pede reflexão urgente sobre juros e dívida

Dário Berger (PMDB-SC) afirmou que o Brasil passa por uma crise sem precedentes. Salientou que o clima da população é de desesperança e até de desespero. Lamentou o crescimento da inflação e do desemprego, que atinge mais de 11 milhões de pessoas. Ele disse que os governos federal e estaduais estão quebrados e as prefeituras em difícil situação financeira. Criticou a capacidade de gestão do governo e citou o déficit da Previdência, de cerca de R\$ 160 bilhões. Para ele, a dívida dos estados e a taxa de juros pedem reflexão urgente. Para ele, o país gasta muito e mal.



Jefferson Raulo/Agência Senado

Lasier quer apoio às medidas econômicas de Temer e pressão no ajuste político

Lasier Martins (PDT-RS) defendeu ontem as medidas já anunciadas pelo governo interino de Michel Temer para corrigir a economia, como limitar a elevação das despesas públicas ao índice inflacionário. A economia brasileira, a seu ver, foi enfraquecida ao longo dos anos por irresponsabilidade, incompetência e corrupção. Para ele, o governo precisa racionalizar os gastos públicos por meio de concessões e o Parlamento deve apoiar as medidas de austeridade propostas pelo governo. Também é preciso fazer o ajuste político, com uma definição rápida do impeachment.



Jefferson Raulo/Agência Senado

Para Paulo Bauer, Meirelles vai conduzir o país de volta ao crescimento sustentado

Paulo Bauer (PSDB-SC) manifestou confiança no trabalho do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e no esforço para superar a crise econômica. Ele ressaltou que o país vive o que pode ser a maior recessão desde a crise da década de 1930, com elevação da inflação e do desemprego, juros altos e retração do produto interno bruto. Bauer disse que a crise é resultado de um longo período de “desacerto” no governo da presidente afastada Dilma Rousseff. Para ele, Meirelles deixou claro que teremos um país diferente, com a retomada do crescimento sustentado.



Moreira Nêz/Agência Senado

Lúcia Vânia: primeiras medidas mostram que Temer conseguirá reerguer o país

Lúcia Vânia (PSB-GO) disse confiar que o governo Michel Temer reconstruirá a economia do país. Ela afirmou que o seu otimismo se justifica pela preocupação do novo governo de assegurar à sociedade que os erros praticados no passado não serão repetidos e que as regras que falharam serão alteradas. A aprovação da Lei Geral do Orçamento, da Lei de Responsabilidade das Estatais e da lei que desobriga a Petrobras de ter participação mínima de 30% nos consórcios de exploração do pré-sal foram exemplos citados pela senadora que confirmam a visão do governo de não errar novamente.



Jefferson Raulo/Agência Senado

Uso de avião contra mosquito enfrenta resistência

Empresas de aviação agrícola se ofereceram para lançar inseticida contra o *Aedes aegypti*, o que é feito hoje apenas por terra, mas o Ministério da Saúde não apoia

O COMBATE AO mosquito *Aedes aegypti*, causador da dengue, da zika e da chicungunha, pode ter a aviação agrícola como aliada. Em audiência ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag) defenderam a aplicação aérea de inseticidas como uma das alternativas para tentar evitar uma nova epidemia de dengue. Mas a proposta de fazer o “fumacê aéreo” nas cidades encontra resistência dentro do Ministério da Saúde.

Entre as vantagens do método, estão a velocidade do tratamento (mais de 400 hectares por hora), o efeito de choque sobre o mosquito adulto, o alcance em áreas que o “carro fumacê” não consegue atingir, a uniformidade de deposição e o custo reduzido, de acordo com Júlio Kampf, vice-presidente do Sindag.

A coordenadora-geral do Programa Nacional de Controle da Malária da Secretaria de Vigilância em Saúde do



Ana Amélia (2ª à esq.), que presidiu a reunião, entre os debatedores: empresas ofereceram aviões para combater o mosquito e pediram supervisão do ministério

Ministério da Saúde, Ana Carolina Santelli, teme que a pulverização aérea de inseticidas para o controle de vetores cause doenças nos seres humanos. Ela defendeu o aprofundamento dos estudos antes que seja autorizada a realização de um projeto-piloto:

— Na implantação de uma estratégia em saúde pública, temos um rito a seguir. O primeiro é ver se funciona. O segundo é ver se é seguro.

Protocolo

A proposta das empresas de aviação agrícola é escolher uma área-piloto em uma região de epidemia da doença e, ali, utilizar um avião para aplicar o inseticida atual-

mente utilizado apenas por terra. A intenção é chegar a um protocolo que garanta a segurança da população:

— Se estamos em guerra contra o mosquito, vamos utilizar todas as ferramentas para combatê-lo — disse.

O engenheiro agrônomo José Carlos Christofolletti registrou que o uso de aviões para combate mosquitos é comum nos Estados Unidos e em diversos países da América Latina. No Brasil, a técnica também foi utilizada em 1975, quando aviões agrícolas foram responsáveis pela eliminação dos focos de mosquitos *Culex* na região da Baixada Santista (SP).

Essa experiência não pode, no entanto, servir de parâ-

metro para determinar a segurança e a eficácia dessa prática, segundo o Ministério da Saúde. A densidade demográfica e a organização das cidades eram diferentes. Além disso, o *Aedes aegypti* e o *Culex* têm características diversas, o que poria em xeque o efeito do método.

Medida necessária

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), se o Ministério da Saúde se baseia em eficácia, segurança e novas tecnologias, a pesquisa com a aviação agrícola deve ser considerada. Ele acredita que o uso de aviação agrícola no combate ao mosquito da dengue e da zika é uma medida necessária:

— As empresas de aviação

agrícola colocam o avião à disposição, o piloto à disposição, e a única coisa que se pede do ministério é ver se o controle está sendo feito corretamente. Por que não fazer isso no Nordeste, onde temos 3 mil casos de microcefalia? — questionou o senador.

Ao defender o início imediato do projeto-piloto, Waldemir Moka (PMDB-MS) ponderou que o governo não pode esperar o começo de uma nova epidemia para agir:

— O Ministério da Saúde tem que dar abertura para isso. O correto seria que lugares que têm infestação sejam consultados para fazer o projeto-piloto. Ninguém está defendendo fazer isso massivamente.

Humberto anuncia frente parlamentar em defesa do SUS

Humberto Costa (PT-PE) celebrou ontem o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do SUS, visando evitar retrocessos a serem promovidos pelo governo Michel Temer.

O senador se referiu às declarações do ministro da Saúde, Ricardo Barros, de que o Estado brasileiro não tem mais condições de garantir o acesso universal à saúde previsto na Constituição. Para Humberto, isso significa intenção clara de privatizar os serviços de saúde, desmantelando o SUS.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eduardo Amorim denuncia crise na saúde em Sergipe

Por falta de investimentos e de infraestrutura, há mais de cinco anos não são realizados transplantes renais ou cardíacos em Sergipe, segundo Eduardo Amorim (PSC-SE). Em discurso na quarta-feira, o senador afirmou que o estado foi pioneiro em transplantes no Nordeste, mas hoje a saúde pública enfrenta uma crise.

— Para 80% dos sergipanos, o único acesso à saúde é o SUS. Se funciona mal ou bem, aí está a diferença entre estar morto e estar vivo.



Moreira Montiz/Agência Senado

Regina Sousa homenageia psiquiatra Nise da Silveira

A psiquiatra alagoana Nise da Silveira revolucionou a psiquiatria ao utilizar a arte para tratar problemas graves de saúde mental, destacou Regina Sousa (PT-PI). Na quarta-feira, a senadora homenageou Nise, que morreu aos 94 anos no Rio de Janeiro e dedicou a vida para defender um tratamento mais humanizado dos doentes mentais.

— Nise agigantou a humanidade ao cuidar de rejeitados pelo sistema e isolados do convívio. Esquizofrênicos puderam ser autores de obras que hoje estão expostas em museus. A arte marcou o renascimento daquelas pessoas.

Gurgacz comemora aprovação de texto que beneficia estagiários

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou, na quarta, a aprovação de projeto dele que veta a experiência como critério para seleção de estagiários. Aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAS), a proposta segue para a Câmara.

— Não podem as empresas exigir experiência para contratar estagiário. Esta é a função do estágio: que o jovem recém-formado ou que ainda estuda possa complementar seu conhecimento teórico e técnico com a prática.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário reprova fim de diretorias regionais dos Correios no Norte

Telmário Mota (PDT-RR) criticou na quarta-feira a intenção do governo federal de fechar as diretorias regionais dos Correios em Roraima, Acre, Amapá e Tocantins. Ele explicou que a presença do comando dos Correios nos estados fortalece a integração regional e ajuda no fomento à economia. Para o senador, a decisão é uma atitude de “discriminação” com os estados do Norte por parte do governo interino de Michel Temer, que ele classificou como ilegítimo e golpista.



Moreira Montiz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Aprovado em comissão, indicado para embaixada na Argentina disse em sabatina que Brasil deve garantir às empresas brasileiras acesso financiado ao mercado do país vizinho

“Brasil pode perder espaço em exportações”

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do diplomata Sérgio Danese para a embaixada brasileira na Argentina. A indicação agora será votada pelo Plenário do Senado.

Na sabatina, Danese, que ocupou a Secretaria-Geral do Itamaraty nos últimos 16 meses, alertou para o risco que o Brasil corre de “perder muito espaço” na exportação de tecnologia, bens e serviços, não apenas para o mercado argentino, mas para outras nações latino-americanas e outros países. Ele defendeu que não apenas o Brasil, mas o Mercosul como um bloco, mantenha e procure ampliar os meios próprios de financiar a integração inter-regional.

— Isso é, sim, motivo de grande preocupação. Se não garantirmos mecanismos para que as empresas brasileiras possam ter um acesso financiado ao mercado argentino, vamos perder espaço para as companhias de outros países — afirmou, referindo-se à política ativa que países como China e Estados Unidos e a União Europeia mantêm nesse campo.

O tema também foi abordado por Armando Monteiro (PTB-PE), que foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no segundo mandato da presidente afastada Dilma Rousseff. O senador alertou para o fato de que empresas da China, da Espanha e dos Estados Unidos têm um suporte consistente dos respectivos governos na exportação de tecnologia, bens e serviços. Ele observou, no entanto, que esse procedimento passou a sofrer um viés “criminalizante” por parte de setores da sociedade brasileira a partir de investigações no



Para Sérgio Danese, um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia poderia redefinir o bloco sul-americano

âmbito da Operação Lava Jato.

— Temos é que valorizar, e não criminalizar, a presença expressiva que nossas empresas de engenharia têm hoje nas Américas do Sul e Central, além da África. Isso é fruto de uma ação direta do BNDES e nos traz muitos frutos — enfatizou Armando.

Também foram ponto de destaque na sabatina as negociações envolvendo a tentativa de um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE). Instigado por José Agripino (DEM-RN) a tratar do tema, Danese afirmou que esse acordo pode “relançar” o bloco sul-americano e fazer com que ganhe uma dimensão internacional mais relevante.

O diplomata observou que os europeus têm a tendência

natural de analisar nosso potencial econômico mais sob a ótica integrada do que a partir de mercados individualizados:

— Acordos com outras partes do mundo são básicos para sustentar o Mercosul. O acordo com a UE pode redefinir o bloco, ser uma força motriz de um novo tempo — reforçou.

Ele disse acreditar que essas negociações podem modelar outros projetos com as nações do Golfo Pérsico e com a Índia, possibilitando que o Mercosul “saia da mesmice”.

Grupo parlamentar

Durante a reunião, foi aprovada a criação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina, que passou em Plenário mais tarde. Danese afirmou que as

relações entre os dois países transcendem governos, sendo “relações de Estado” — uma referência às recentes mudanças de governo a partir da eleição de Mauricio Macri e da gestão do presidente interino Michel Temer.

A situação política foi abordada pelos senadores. Em resposta a Cristovam Buarque (PPS-DF), o diplomata afirmou “não ter dúvidas” de que os objetivos históricos de integração “se tornam ainda mais intensos” com Temer e Macri.

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS), Danese frisou que, a partir da aprovação do nome dele pelo Senado, pretende tratar como uma prioridade em Buenos Aires a efetivação de um acordo transfronteiriço, acabando com a burocracia



no trânsito entre cidadãos nas cidades limítrofes.

Respondendo a Lasier Martins (PDT-RS), disse que será dada prioridade às negociações entre os dois governos objetivando a criação de uma terceira ponte unindo os dois territórios.

No que se refere à integração econômica, o senador Armando Monteiro lamentou que o Brasil ainda não tenha com a Argentina e outras nações da região acordos envolvendo compras governamentais.

Quanto às relações comerciais, Danese observou que 90% das exportações do Brasil à Argentina são de produtos manufaturados e que 130 empresas brasileiras têm presença ativa no mercado do país vizinho.

Senado convida presidente da Assembleia da Venezuela

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convidou o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Henry Ramos Allup, para visita oficial em que deve ser debatida a situação do país vizinho. O anúncio foi feito em Plenário ontem por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), líder do governo.

O senador relatou que deputados de oposição ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro, foram agredidos ontem por partidários do governo durante uma visita ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), em Caracas.

Os parlamentares foram cobrar a organização do referendo revogatório que decidirá sobre a interrupção do mandato de Maduro. A proposta tramita desde abril.

De acordo com o relato do senador, os militantes eram membros de brigadas de choque financiadas pelo governo e o CNE negou abrigo aos deputados, deixando-os expostos à agressão. Ele interpreta o fato como um agravamento do quadro político do país.

— A marcha da Venezuela para a ditadura aberta e declarada vai se acelerando



Aloysio comunica em Plenário convite do presidente do Senado a Allup

— alertou Aloysio.

No ano passado, duas comitivas de senadores visitaram a Venezuela, con-

versaram com autoridades e lideranças políticas e trouxeram relatos sobre a situação do país vizinho.

Armando destaca números do comércio exterior

Apesar do desempenho fraco da economia, Armando Monteiro (PTB-PE) destacou o crescimento de 15% das exportações da indústria de transformação no primeiro quadrimestre deste ano. No setor têxtil, o crescimento foi de 27%; as exportações de máquinas e equipamentos cresceram 17% e as de veículos automotores, 18%, informou o senador, dizendo é importante investir permanentemente no comércio internacional.

— Segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil, devemos fechar o ano com o crescimento de 5% no valor das exportações de produtos manufaturados, mesmo a despeito da queda dos preços internacionais.

Morador de rua pede política pública de inclusão

Senadora disse que buscará deputada federal para acelerar aprovação do Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua

MILITANTES DA ÁREA de direitos humanos defenderam ontem a aprovação do projeto de lei que cria o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, há dez anos à espera da decisão do Congresso Nacional.

O tema foi discutido em uma audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que contou com a participação de representantes de movimentos sociais e religiosos, de instituições públicas e dos próprios moradores de rua. O projeto em questão é o PL 6.802/2006, que atualmente está na Câmara dos Deputados e é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

A senadora Regina Sousa (PT-PI), que foi quem propôs a audiência de ontem, disse que conversará com a atual relatora do projeto, a deputada Tia Eron (PRB-BA), para apressar a votação.

Formação profissional

A proposta autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, que proporciona assistência, inclusão social e qualificação profissional aos moradores de rua.

O programa seria financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e poderia ser colocado em prática por meio de convênios entre o governo federal e as prefeituras.

Pelo projeto, são consideradas população em situação de rua as pessoas cuja renda per capita é inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e que dormem nas



Regina Sousa conduz a audiência em que entidades e moradores de rua afirmaram que essa população precisa de ações públicas mais contundentes do poder público

ruas, nos albergues ou em lugar não destinado à habitação.

O ouvidor-geral da Defensoria Pública de São Paulo, Alderon Costa, criticou o fato de nenhum estado ter políticas públicas voltadas para a população de rua e disse que não basta a lei para mudar a realidade.

— Se fosse por lei, São Paulo não teria morador de rua. Nós já temos portarias e uma lei municipal, mas isso não muda a realidade. O que vai mudar a realidade é a nossa luta por uma sociedade nova, mais igualitária, diferente — afirmou ele relatando que na quarta-feira três moradores de rua morreram de frio em São Paulo.

Costa explicou que as defensorias públicas estão fazendo um trabalho para facilitar o acesso dessas pessoas à Justiça. Ele ressaltou a importância de a população de rua conhecer direitos. Em São Paulo, com 12 milhões de habitantes, são 20 mil moradores de rua, nessa situação principalmente por falta de programa de moradias.

— Desde 2000, os números estão crescendo. Isso é para a gente se perguntar: não está se fazendo nada ou o que se está fazendo não está resolvendo? — questionou.

Assessor das pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Olavo Dotto afirmou que o poder público precisa buscar propostas humanizadoras, em que o próprio povo de rua seja protagonista.

Assistencialismo

Para Carlos Ricardo, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é preciso romper a lógica do assistencialismo. Ele defendeu que as políticas para a população de rua seja tratada de forma intersetorial.

— Não adianta ofertar um serviço de acolhimento institucional se ele continua em situação de rua. Não adianta ofertar um atendimento de saúde, mas ele continuar na rua. Já vem sendo reconhecida a necessidade do atendimento amplo e qualificado, funcionando de forma intersetorial, articulando as políticas públicas.

Ricardo, que é coordenador-geral dos Direitos da População em Situação de Rua, afirmou que o órgão está chegando à conclusão que o melhor modelo para ser aplicado no país seria o de “casas primeiro”, adotado nos Estados Unidos e na Europa. Ele explicou que a secretaria

quer melhorar o projeto de lei que tramita no Congresso.

— Esse modelo identifica que primeiro o morador de rua acessa a habitação. Depois, no ambiente protegido, onde tem espaço e pode dormir, é mais fácil que ele acesse os demais serviços. Nós queremos incluir essa concepção nessa proposta — explicou.

Regina Sousa fez uma sugestão:

— É ano eleitoral. Que tal darmos uma *Carta da População em Situação de Rua* para os candidatos e candidatas? E não precisa ser uma carta grande, cheia de letras, que eles não vão ler. Vocês botam lá: “Somos população em situação de rua, somos eleitores, queremos nos enxergar no seu programa de governo”. Ponto.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, disse que a comissão é o local em que todas as pessoas falam. O senador lembrou que no ano passado a CDH foi a comissão do Senado que mais realizou audiências públicas. Foram 150 debates, 100 a mais do que a segunda comissão com mais audiências.

— Aqui o povo fala: seja negro, seja índio, seja cigano, seja branco, seja pobre, seja classe média, seja sem-terra,

seja sem-teto, sejam as mulheres. Aqui todos falam. E é uma alegria enorme ver vocês hoje, moradores de rua, apontando caminhos, exigindo a aprovação do projeto com rapidez.

Nem mesmo IBGE enxerga pessoas que não têm casa, lamenta Regina

No Plenário, Regina Sousa afirmou que nem sequer o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enxerga a população de rua, já que a entidade não contabiliza pessoas que não têm endereço. Segundo ela, isso dificulta a criação de políticas públicas direcionadas à população de rua.

— É uma população invisível tanto enquanto vive como quando morre — disse a senadora.

Regina defendeu a reinserção da população de rua na família e na sociedade:

— Essas pessoas precisam se profissionalizar. Elas não podem ser catadoras de material reciclável. Não pode ser esse o destino da população de rua. Elas têm que ter o direito de estudar e se qualificar. Têm que ser inseridas. Elas querem moradia.

Senado fará leilão de veículos, computadores e móveis

O Senado vai leiloar mais de 4,5 mil itens, incluindo veículos, mobília de escritório, computadores de mesa e portáteis e equipamentos gráficos.

O leilão ocorrerá na próxima sexta-feira, às 10h.

Os bens, distribuídos em 189 lotes, podem ser examinados por pessoas físicas e jurídicas, exceto servidores do Senado, até a quinta-feira, das 9h às 11h30 e das 14h às 18h, nos galpões da Gráfica e do Serviço de Transporte do Senado.

Os interessados em arrematar algum dos itens terão

que preencher um cadastro no dia do evento, que será conduzido por um leiloeiro.

O Senado realiza, em média, um leilão por ano, mas o número pode chegar a quatro quando existem muitos itens disponíveis, como ocorreu em 2012, de acordo com Cássio Murilo Rocha, que preside a Comissão de Leilão do Senado.

Esse será o oitavo realizado desde 2012. Os sete anteriores arrecadaram R\$ 4,1 milhões.

Serviço

O leilão do Senado marcará para a próxima semana

acontecerá no depósito da BSB Leilões, localizado na Área de Desenvolvimento Econômico (ADE), chácara 2, conjunto 2, lote 5, no Núcleo Bandeirante (DF).

Os bens serão arrematados em lances verbais a partir do preço mínimo estabelecido para cada lote.

A diferença de valor nos lances não poderá ser inferior a R\$ 20 para bens móveis e R\$ 100 para veículos ou valor definido na sessão pelo leiloeiro, que receberá 5% de comissão.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3303-2451.



Serviço de Transporte do Senado abriga máquinas que irão a leilão na sexta